

A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Daniela de Souza Moura ¹

RESUMO

O contexto educacional é um ambiente de desenvolvimento para o educando, visto que é um ciclo em que ocorre a formação sócioemocional do aluno, paralelo a isto, as práticas educativas desempenham um papel fundamental nesse processo, garantindo um aprendizado significativo e adequado à faixa etária. Este estudo busca analisar a importância e os desafios das práticas educativas intencionais do professor, em capacitar para a educação infantil estruturas que equipare a sua atuação dentro e fora de sala. A pesquisa será realizada por meio de um levantamento bibliográfico produzido no período de 2020 a 2025, que viabilize a valorização do tema com o intuito de promover a junção de dados e possibilitar a elaboração do estudo. Deste modo, Segundo Carvalho (2021), as práticas educativas inclusivas devem estar baseadas em evidências, pois é na etapa da educação infantil que deve encontrar-se um planejamento especializado para que não haja deficiências e negligências que serão analisadas na passagem para o repertório do ensino fundamental. Ademais, segundo Voigt (2022), é necessário que os professores respeitem as especificidades da infância, utilizando das práticas pedagógicas para instigar o interesse do aluno para as atividades efetivadas. Em síntese, este artigo objetivou aprofundar o conhecimento sobre as práticas educativas e a importância da escola aliada as práticas do professor.

Palavras-chave: Práticas educativas, Educação infantil, Importância, Desafios, Professor.

INTRODUÇÃO

A educação infantil é a primeira etapa em que constitui-se o processo de desenvolvimento integral da criança. Nesta fase, as práticas educativas vão desempenhar os caminhos adequados que vão garantir condições para que a criança explore, descubra, experimente e construa conhecimentos de forma significativa. Com o intuito de preparar o aluno para o ensino fundamental.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), afirma que as práticas pedagógicas devem partir de uma intencionalidade, “Essa intencionalidade consiste na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção científica” (Brasil, 2018, p.37).

¹ Graduanda do Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal - PA, danielamouraped@gmail.com;



Logo, é a partir de práticas inclusivas, que permitam que a criança expresse suas singularidades e experiências no campo das interações sociais e na autonomia, explorando diversas situações no contexto educacional com estratégias que valorizem suas necessidades, curiosidades e formas de expressão.

No entanto, nota-se diversos desafios na formação do professor e no reconhecimento social da importância da Educação Infantil. Pois, a educação de caráter tradicional ainda se faz presente em determinadas práticas pedagógicas, caracterizadas pela ênfase na memorização e pela manutenção de um ambiente restritivo, no qual a criança permanece passiva, sem espaço para expressão e criatividade.

Assim, este artigo busca analisar as práticas educativas que tenham como objetivo um ambiente inclusivo de interações e aprendizagens, pautando-se no desenvolvimento da criança através de metodologias lúdicas e representativas que viabilizem a formação intencional da criança.

METODOLOGIA

Para a construção desta investigação, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada em estudos que destacam a relevância das práticas educativas e sua relação com a formação docente. O objetivo central dessa escolha metodológica foi potencializar a valorização das práticas pedagógicas no âmbito educacional, evidenciando suas contribuições para a Educação Infantil. Nesse sentido, o referencial teórico foi elaborado a partir da análise e articulação de diferentes produções acadêmicas, permitindo valorizar a temática e oferecer subsídios para o desenvolvimento deste estudo.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio do Google Acadêmico, delimitando o período de 2020 a 2025, a fim de selecionar trabalhos atualizados que abordassem a importância das práticas educativas na Educação Infantil. Constatou-se que as produções analisadas não apenas valorizam a implementação de tais práticas, mas também apontam problemáticas recorrentes, sobretudo no que se refere à formação continuada dos professores. Os estudos evidenciam que ainda persistem carências significativas no desenvolvimento de práticas pedagógicas com intencionalidade, o que limita a efetivação de uma educação de qualidade e carências em práticas que incluam os



alunos da educação especial que precisam de práticas pedagógicas elaboradas e inclusivas.

Além das produções científicas, recorreu-se também à análise documental, considerando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). O objetivo dessa etapa foi verificar de que forma tais documentos oficiais orientam a organização das práticas pedagógicas e como apresentam recomendações para a formação e atuação docente nesse nível de ensino. A análise desses instrumentos possibilitou compreender em que medida a legislação educacional brasileira busca valorizar e estruturar práticas educativas inclusivas, democráticas e intencionais. Dessa forma, a combinação entre pesquisa bibliográfica e análise documental proporcionou uma visão mais ampla e fundamentada da temática, permitindo articular teoria e normativas legais. Assim, a metodologia adotada não apenas respalda a discussão proposta, mas também contribui para a reflexão crítica sobre os desafios e as possibilidades da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil.

REFERENCIAL TEÓRICO

Utilizou-se, como referencial teórico, artigos que evidenciam a relevância de práticas educativas direcionadas à formação de crianças autônomas e participativas nos processos pedagógicos elaborados pelos docentes, no qual foram identificados os seguintes teóricos, que servirão de base para a fundamentação teórica deste estudo: Dominico (2020), Carvalho (2021), Voigt (2022), Leal (2023), Rabelo (2024), Lobo (2025). O propósito dessas práticas consiste em tornar a experiência na Educação Infantil significativa, contribuindo para uma transição de qualidade à Educação Básica. Observou-se, entretanto, a existência de lacunas nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, as quais estão associadas à intencionalidade do professor na condução das atividades, à inserção de práticas para as crianças da Educação Especial no contexto coletivo e a valorização do brincar como recurso pedagógico. Nesse sentido, as discussões propostas neste estudo concentram-se nas problemáticas identificadas, buscando refletir sobre possibilidades de aprimoramento das práticas docentes.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, estabelecidas em 2010, o objetivo central é tornar os direitos das crianças significativos. Nesse sentido, as Diretrizes destacam que as práticas pedagógicas devem ter como eixos



norteadores a interação e a brincadeira, garantindo experiências sensoriais, expressivas e corporais. Essas práticas possibilitam a imersão das crianças em diversas linguagens e formas de expressão, além do contato com diferentes suportes e gêneros textuais, orais e escritos.

Dessa forma, fortalecem a confiança e a participação das crianças em atividades individuais e coletivas, promovendo sua autonomia no cuidado pessoal, na saúde e no bem-estar. Além disso, as Diretrizes ressaltam a importância de vivências culturais que ampliem o conhecimento sobre a diversidade, incentivem a curiosidade, o questionamento e a relação com o mundo físico e social, vinculados ao tempo e à natureza. Outro ponto fundamental é a interação com manifestações artísticas e culturais, como música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura.

Ademais, deve-se promover experiências que contribuem para que a criança desenvolva a percepção sobre o cuidado com o planeta, compreendendo a relevância da biodiversidade, da sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais. Por fim, as Diretrizes também orientam a valorização das tradições culturais brasileiras e o uso de recursos tecnológicos e midiáticos de forma adequada, enriquecendo as práticas educativas destinadas às crianças.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2017, estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil, que são: conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Nesse contexto, cabe ao educador garantir esses direitos por meio da intencionalidade das práticas educativas, promovendo experiências que favoreçam o desenvolvimento pleno e o aprendizado diário das crianças.

De acordo com Eliane Dominico (2020), em sua pesquisa, observa que as práticas pedagógicas vinculado ao currículo e sua efetivação atrelado a participação da criança, analisa também, as questões de diversidade de infância, mas que esta infância parece estar ameaçada quando os centros de educação infantil enfatizam apenas um modo de ser criança.

Rabelo (2024) enfatiza, em sua pesquisa, a importância do educador como mediador lúdico no desenvolvimento integral das crianças na Educação Infantil. A autora destaca que o uso de práticas lúdicas enriquece o processo de aprendizagem e ressalta a



valorização da formação continuada do educador, como forma de tornar o ambiente escolar mais inclusivo e estimulante para os educandos. logo, é de suma importância citar que a ludicidade no processo de aprendizagem na infância possibilitará a promoção de uma aprendizagem significativa e integradora, mas para isso, o docente deve optar por uma formação continuada capaz de conduzi-lo a novas formas de proporcionar práticas adequadas para auxiliar este professor a melhorar suas práticas no contexto educacional.

De acordo com Layla Lobo (2025), as práticas pedagógicas conectadas com o brincar que contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional, pois a criança pode “expressar sentimentos, elaborar pensamentos, construir vínculos e organizar aprendizados de maneira ativa, criativa e significativa”

Segundo Amanda Carvalho (2021), a educação inclusiva possui grande relevância para o público-alvo da educação especial. No contexto da Educação Infantil, cabe ao docente promover a participação das crianças atípicas de maneira integradora, garantindo que todas tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. A pesquisa evidencia, entretanto, que ainda existem carências que dificultam esse processo, reforçando a necessidade de o professor planejar suas ações de forma intencional e contribuir para o desenvolvimento de habilidades que favoreçam a interação e evitem situações de exclusão. Dessa forma, o professor da Educação Infantil deve adotar práticas pedagógicas que contemplem todos os alunos, possibilitando um ambiente inclusivo e favorecendo o avanço pleno de cada criança.

Segundo Mônica Leal (2023), é importante que o professor deve rever como ensinar, e se for necessário este deve fazer novos planejamentos e mudar a prática pedagógica para ocorrer a inclusão de todos de forma eficaz, pois não existem receitas prontas para solucionar as dificuldades de inclusão, no entanto, o professor pode modificar suas estratégias para proporcionar o melhor para o aluno.

Segundo Voigt (2022), é necessário que os professores respeitem as especificidades da infância, utilizando práticas pedagógicas que instiguem o interesse dos alunos nas atividades desenvolvidas no período da educação infantil. Pois, a valorização das crianças no período da Educação Infantil torna a transição para a Educação Básica mais significativa, pois o aluno que é estimulado nesse percurso tende a participar com mais facilidade das práticas pedagógicas na etapa seguinte.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que os direitos garantidos à Educação Infantil promovem práticas educativas de qualidade, que auxiliam o professor na execução e no planejamento de um ambiente inclusivo, valorizando e favorecendo a infância. Esse aspecto pode ser melhor compreendido a partir das informações apresentadas na tabela:

Quadro 01: Direitos estabelecidos para a Educação Infantil.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010)	Destacam a interação e a brincadeira como eixos norteadores; garantem experiências sensoriais, culturais e artísticas; promovem autonomia, diversidade, sustentabilidade e valorização cultural.	As práticas educativas devem ser intencionais, diversificadas e centradas na criança, ampliando sua vivência cultural e social, além de reforçar a consciência ambiental.
BNCC (2017)	Define os direitos de aprendizagem: conviver, participar, explorar, expressar e conhecer-se.	O educador precisa planejar práticas que assegurem esses direitos diariamente, favorecendo o desenvolvimento integral.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2010;2017)

Analisa-se também que, na prática pedagógica, ainda persistem problemáticas decorrentes da carência de formação continuada dos professores e da insuficiência no uso de práticas intencionais, conforme descrito na tabela:

Quadro 02: Análise dos autores sobre a prática dos direitos e formação continuada do docente:

	RESULTADOS	DISCUSSÕES
--	------------	------------



Eliane Dominico (2020)	Observa que o currículo, quando reduzido a um único modo de ser criança, ameaça a diversidade das infâncias.	É necessário valorizar diferentes experiências infantis, evitando a homogeneização do processo educativo.
Rabelo (2024)	Ressalta o papel do educador como mediador lúdico; destaca a importância da formação continuada; a ludicidade promove aprendizagem significativa.	A prática lúdica é essencial, mas exige formação constante do professor para criar ambientes inclusivos e estimulantes
Layla Lobo (2025)	O brincar contribui para o desenvolvimento cognitivo e emocional, permitindo expressão de sentimentos, vínculos e aprendizagens criativas.	O brincar deve ser entendido como prática pedagógica central, não apenas recreativa, fortalecendo aprendizagens ativas e significativas.
Amanda Carvalho (2021)	Enfatiza a inclusão de crianças atípicas de forma integrativa; aponta carências e dificuldades nesse processo.	O professor deve planejar práticas que favoreçam a interação, combatendo a exclusão e garantindo participação equitativa.
Mônica Leal (2023)	Afirma que o professor precisa rever métodos e planejar novas estratégias para promover inclusão eficaz.	Não há receitas prontas para inclusão; exige flexibilidade, reflexão constante e adaptação docente.



Voigt (2022)	Ressalta que o professor deve respeitar as especificidades da infância e instigar o interesse dos alunos.	A educação infantil precisa ser pautada em práticas que reconheçam a singularidade da criança e mantenham sua motivação para aprender.
-------------------------	---	--

Fonte elaborada com base em Dominico (2020), Carvalho (2021), Voigt (2022), Leal (2023), Rabelo (2024), Lobo (2025).

No Quadro 02, observa-se, em síntese, que o professor, ao adotar práticas pedagógicas que incluam todos os alunos de forma plena, reconhecendo e valorizando a singularidade de cada um, contribui para a construção de um ambiente educativo mais justo. Para isso, é necessário planejar estratégias que assegurem os direitos das crianças em sala de aula, utilizando o brincar e o cuidar como ferramentas de desenvolvimento e preparação para as etapas seguintes da educação. Dessa forma, promove-se não apenas o avanço individual do aluno, mas também a equidade entre todos. Considerando que a escola reúne crianças oriundas de diferentes contextos culturais e familiares, cabe ao professor assumir o papel de mediador, evitando a homogeneização e valorizando as especificidades de cada criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo evidenciou a importância de valorizar práticas educativas que sejam capazes de reconhecer e potencializar as singularidades de cada criança, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, sociais, afetivas e emocionais. Constatou-se que é, sobretudo, por meio das práticas do educador que se fortalece a garantia de uma aprendizagem eficaz, capaz de atender às necessidades individuais e coletivas dos estudantes, promovendo uma formação integral. Nesse sentido, a atuação do professor não se restringe à transmissão de conteúdos, mas envolve a criação de ambientes de aprendizagem estimulantes, que incentivem a curiosidade, a autonomia e a capacidade crítica das crianças.



A formação continuada do docente revela-se fundamental, pois proporciona a elaboração de estratégias pedagógicas mais adequadas, capacitando-o a lidar com situações inesperadas e complexas, bem como a assegurar os direitos das crianças previstos em lei. Além disso, permite que o educador compreenda a importância de atuar de maneira intencional e planejada, promovendo uma educação significativa e alinhada às demandas contemporâneas, que valoriza tanto o desenvolvimento individual quanto a construção de relações respeitadas e colaborativas entre os alunos.

Para tanto, é imprescindível que o professor tenha plena consciência de que sua formação e suas práticas pedagógicas devem se pautar em intencionalidades educativas inclusivas, que reconheçam e respeitem a diversidade cultural, social e regional, além de valorizar a cultura nacional e o contexto local da criança. Ao se apoiar nos direitos estabelecidos e nas orientações normativas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o docente estará apto a estruturar práticas pedagógicas mais eficazes, comprometidas com o desenvolvimento integral da infância e com a formação de cidadãos críticos, empáticos e socialmente responsáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

CARVALHO, Amanda Gabriele Cruz; SCHMIDT, Andréia. Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura. *Rev. Bras. Esp*, Bauru, v. 27, e 0231, p. 707-724, 2021.

DOMINICO, Eliane; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo; SAITO, Heloisa Toshie Irie; YAEHASHI, Solange Franci Raimundo. Práticas na educação infantil: o currículo como instrumento de governo dos pequenos. *Rev. Bras. Estud. Pedagogia*. Brasília, v. 101, n. 257, p. 217-236, jan/abr. 2020.

LEAL, Mônica Cristina Costa. As práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão de literatura. João Pessoa, 2023.

LOBO, Layla Zucon Cabrerizo; ROCHA, Thalita Lídia; LANA, Núbia Duarte; MORAES, Wanlena da Silva; ARAÚJO, Gilmar da Silva. Educação infantil em movimento: o brincar como caminho de desenvolvimento e aprendizagem. *Missioneira*. Santo Ângelo, v.27, n.8, p.213-222, 2025.



RABELO, Elizeny Pereira; SILVA, Arithan Santos da Silva; SANTOS, Alzivanía Batista dos; OLIVEIRA, Rosana de Jesus; SILVA, Francineide Mota da. A importância do educador como mediador lúdico no desenvolvimento integral da criança na educação infantil. Revista libero- Americana de humanidades, ciências e educação. São Paulo, v. 10, n. 07, jul. 2024.

VOIGT, Jane Mery Richter; ALEXANDRE, Dilma; PILLOTTO, Silva Sell Duarte. Práticas educativas e o currículo da educação básica no Brasil: desafios para professores(as) dos anos iniciais. Pedagogia y Saberes, n.56, Bogotá, jan/jun, 2022

